

Brasil
Ministério da Educação - MEC

“Educação e cultura na escola pública do Brasil”¹

Carlos Alberto Ribeiro De Xavier ²

Resumo

No presente texto o autor reafirma o entendimento de que a educação é um processo civilizatório que não implica em sobreposição de valores de uma ou outra cultura sobre as outras; de que a origem desse processo educativo é a casa e a família e de que a comunidade a que serve, é uma extensão da escola. Em seguida faz um breve histórico da evolução do sistema educativo do Brasil, para concluir com algumas iniciativas exemplares de integração da educação e cultura na escola pública no país.

Palavras-Chave

Arte Educação; Educação Física e Cultural, Atividades Complementares; Cultura.

I - A Escola como extensão da casa e da família

A educação pode ser entendida como um processo civilizatório, no sentido da formação do indivíduo para a vida e para o trabalho. Esse processo não implica em sobreposição de valores de uma civilização sobre outras, ao contrário, começa em casa, com a família e prossegue na escola a partir de valores culturais da comunidade. Esse processo tem por objetivo a valorização da identidade cultural das comunidades e o desenvolvimento do indivíduo para a formação de um cidadão participativo, consciente e crítico.

Para estabelecer uma relação de ensino e aprendizagem, desde os tempos mais remotos algum tempo é investido na escolarização, para que a transmissão de conhecimentos se dê de forma organizada e contínua; é preciso também que os alunos assumam uma postura de aprendizes e o professor o daquele que ensina e corrige os erros. Os sistemas educativos organizam o programa curricular de suas redes de escolas e promove avaliações sistemáticas.

Para nos nutrirmos nas águas de um sábio, o brasileiro descendente de libaneses que se tornou um símbolo no ensino da língua e dedicou toda uma vida para construir o maior dicionário da língua portuguesa, retiro um parágrafo do texto **“Por uma política da língua”** de autoria do filólogo Antônio Houaiss:

¹ Intervenção como representante do Ministério da Educação do Brasil, na Conferência Regional da América Latina sobre Educação Artística, Bogotá, 28 a 30 de novembro de 2005, preparatória para a Cumbre Mundial da UNESCO sobre Arte e Educação, Lisboa, março de 2006.

² Carlos Alberto Ribeiro De Xavier, é Assessor Especial do Ministro da Educação. Foi Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Secretário de Cooperação Internacional e Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura e do Gabinete do Ministro da Educação, em várias gestões. (carlosxavier@mec.gov.br)

“Uma língua de cultura moderna é uma soma do aprendizado ágrafo mais o aprendizado gráfico. O ágrafo – em qualquer parte da Terra – fala: não há quem não fale, no campo da normalidade: ele internaliza entre mil a mil e quinhentas regras gramaticais, a que obedece sem saber, e maneja entre 2.500 a 3.500 palavras (que provavelmente lhe dão uma visão do mundo) – mas o faz sem freqüentar escolas, sem ter professores que o corrijam, sem jamais ter sido aluno”.

O literatado faz tudo o que faz o ágrafo, com algo mais, algo, aliás, muito mais: vai à escola (organizada em rede), aprende de professores (que constituem a mais numerosa categoria profissional) e se faz aluno ou estudante (por um tempo básico de seis – poucos – a oito – suficientes – anos, mais os pós e mesmo os pós-pós). Com isso, sua eficácia produtiva aumenta espantosamente. Há quem ache que esse processo é alienador – pois se pode fazer coisas belíssimas espontaneamente. Só que, espontaneamente, ainda não se aprendeu a fazer química, física, biologia, matemática, filosofia, lógica, fisiologia, botânica, zoologia, medicina e mais quase 30 mil coisas que são necessárias ao ser humano atual”³

Todos sabemos, o processo de aprendizagem não se esgota quando a jovem aprende a ler, escrever e contar. Para estar preparado para a vida moderna é necessário desenvolver também todo o seu potencial físico e mental. Suas capacidades intelectuais incluem o fazer criativo, a produção e a reprodução cultural. Para isso acontecer não basta a transmissão de conhecimentos e informações.

É preciso descobrir os potenciais e desenvolver os sentidos para que o jovem possa reconhecer os processos históricos onde se desenvolve a cultura, aprender a valorizar as referências culturais da comunidade da qual faz parte. O sentido de pertencimento é que embasa o desenvolvimento cultural do indivíduo, para a arte e a ciência; é preciso então que ele se situe, no tempo e no espaço.

No tempo, porque a escola há de estabelecer entre seus professores e alunos uma relação que possa dar ao educando a possibilidade de se localizar no momento histórico em que vive, fazendo-o reconhecer os valores que se tomam como parâmetros da vida moderna. Isso implica em compreender o relativismo cultural e a história como fio condutor de elementos indispensáveis para o indivíduo compreender o seu tempo.

E no espaço, porque a geografia vai ensinar que a educação não se esgota na escola onde a comunidade escolar - pais, alunos e professores - deve participar ativamente da construção de um projeto pedagógico que respeite o contexto cultural onde se inserem; só um processo participativo de construção desse projeto é capaz de integrar de forma consciente o futuro cidadão ao seu meio e fazer com que ele possa reproduzir e enriquecer a produção cultural.

II O Bairro, a comunidade, a cidade como extensão da Escola.

Assim como a educação deve ser entendida como um processo que começa em casa e continua na escola, esta não deve ser tomada isoladamente. A escola se estabelece em alguma localidade para atender a determinada comunidade, de um bairro ou de uma cidade, e daí seu projeto pedagógico não deve se afastar. A expressão cultural e a criação artística serão tanto mais intensas quanto maior for a integração da escola com o meio ambiente e com a dinâmica cultural local.

A educação dos jovens para o pleno exercício da cidadania inclui aprender a cidade, aprender a visitar o centro de saúde, o museu, o cinema, o parque, a igreja, a participar da vida

³ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil, N^o Especial, 1990.

social. A convivência com a diversidade cultural do seu próprio meio e o exercício da liberdade de expressão artística de cada grupo, é em si um aprendizado.

III Arte e Educação

No Brasil comemorou-se no último 14 de novembro, 75 anos da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Foi uma das primeiras providências do Governo Provisório de Getúlio Vargas, líder da “Revolução de 30” cujos ideais foram o de romper com a “República Velha”, considerada oligárquica e cujo projeto educacional pouco se diferenciava do anterior que vinha do período do Império Brasileiro.

A Instrução Pública estava restrita a camadas mais privilegiadas da população e não se pode afirmar que havia escola pública de verdade, capaz de atender a grande massa, especialmente, a dos negros livres desde a “Abolição da Escravatura” que se deu em 1888.

Com a revolução de 1930, o novo Ministério se ocuparia das políticas públicas para a educação, cultura, ciência e a saúde pública e surgiu no bojo do movimento cultural e político muito intenso, como a Semana de Arte Moderna e as manifestações de militares e simpatizantes do Partido Comunista, acontecimentos marcantes dos anos 1920. Em 1932 os intelectuais e artistas lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ao Povo e ao Governo” também conhecido como “A Reconstrução educacional no Brasil”.

Em 1937, após um golpe político do Presidente Getúlio Vargas, que resultou no chamado “Estado Novo” e na sua permanência no poder por 15 anos, o seu Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, inaugurou uma nova estrutura administrativa e lançou um concurso para a construção de uma sede para o Ministério, o prédio do MEC que acabou por se constituir em um marco mundial da arquitetura modernista.

Mas o que quero citar aqui como algo simbólico, é que além do concurso, o Ministro Capanema só permitiu que o novo edifício fosse inaugurado depois que todos os artistas convidados para participar da execução do projeto tivessem concluído os seus trabalhos de pintura de murais, dos magníficos jardins, das esculturas e dos elementos decorativos. Queria o Ministro que a arte, a cultura e a educação estivessem de tal maneira integrados na sede do Ministério que refletisse os objetivos do projeto de educação que ele e um excepcional grupo de colaboradores preconizavam para o país.

IV Educação, Ciência e Cultura.

Muito antes do surgimento da UNESCO, portanto, o Brasil levava avante um projeto pioneiro de integração dessas áreas afins para a construção de um projeto educacional que vigorou por décadas. Todas as experiências inovadoras que surgiram posteriormente tem origem nesse período, como o cinema educativo, a música, as artes cênicas e visuais, comandadas por ícones da cultura nacional como o cineasta Humberto Mauro, o compositor Villa Lobos, o paisagista Roberto Burle Marx, o pintor Cândido Portinari, o escultor Bruno Giorgi, os arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer, sem nos esquecermos do poeta Carlos Drummond de Andrade, que foi o Chefe de Gabinete do Ministro. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os Museus, o Instituto Nacional do Livro, e mais uma dezena de instituições vinculadas ao MEC deixaram um legado que é referência indispensável para qualquer projeto atual. A educação física e o ensino das artes tornaram-se matérias obrigatórias no currículo escolar da educação básica.

V - Iniciativas exemplares

Feito esse breve histórico busco alguns exemplos mais relevantes de incorporação das artes aos projetos educacionais. Encontro logo o nome de **Anísio Teixeira**: Além de responsável pela criação do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e dos seus Centros Regionais, talvez sua melhor contribuição tenha sido a implantação do projeto **Escolas Classe-Escola Parque** em Salvador, capital de seu Estado natal, onde foi Secretário de Educação na década de 1940, e em Brasília/1960, onde foi Reitor da Universidade da nova Capital do Brasil.

Essa proposta, de utilização do horário integral dividindo o tempo entre as salas de aula e outras atividades físicas e culturais, passou a ser adotada, de diferentes maneiras e em várias épocas. Na década dos anos 1970/80 a antiga Secretaria da Cultura do MEC, sob a inspirada direção do artista plástico de **Aloísio Magalhães** pode experimentar pioneiramente, também, concebendo projetos como o **“Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais do país”**. Era uma evolução. Nesta época, os diversos atores sociais entravam em cena, participando ativamente do processo educativo nas escolas por meio das diversas manifestações da cultura popular e do folclore de cada região do país. Foram implementados mais de 200 projetos diferenciados, onde artistas de todo o país atuavam apoiados pelo governo federal em articulação dos sistemas dos Estados e Municípios e organizações da sociedade.

Pela primeira vez, se experimentou no país uma educação diferenciada e adaptada às aldeias indígenas e aos remanescentes de quilombos, ao lado da valorização do patrimônio cultural e da contribuição desses segmentos sociais para a formação da sociedade nacional. Hoje essa é uma política consolidada, nas aldeias indígenas, nos remanescentes de quilombos e no campo.

Em outro momento, encontramos o nome de **Darcy Ribeiro** vindo do exílio político no início dos anos 1980; foi vice-governador e secretário de cultura do Estado do Rio de Janeiro. Aproveitando-se da experiência de Anísio Teixeira, com quem trabalhou em Brasília em 1960, Darcy desenvolveu um programa de construção de grandes escolas com capacidade para atender 1.000 alunos em tempo integral denominado Centros Integrados de Educação Pública - CIEP. Esse modelo foi adotado mais tarde pelo governo federal, em dois períodos distintos, um com o nome de Centros Integrados de Assistência a Criança – **CIAC** e outro mais evoluído, uma proposta radical de atenção integral, os Centros de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – **CAIC**. Essas experiências de tempo integral nas escolas, dividido entre atividades dentro e fora das salas de aula, foram todas, infelizmente, descontinuadas e apenas em alguns municípios elas sobrevivem.

Mais recentemente surgiram programas como **Abrindo Espaços**, em várias cidades, as rede de **Curumim** em Belo Horizonte, onde pequenas estruturas recebem alunos das escolas públicas, no contraponto do horário da Escola, para atividades de laser, esportes, ensino das artes e reforço escolar. Também apareceram propostas como o da cidade de São Paulo com os Centros de Educação Unificada - **CEU**, e do Programa **Escola Aberta**, adotado em vários Estados e Municípios com bons resultados. Nesses projetos a Escola se abre para a comunidade nos fins de semana, para atividades de cultura, esporte e laser, incluindo toda a comunidade vizinha. E quase sempre se conta com a participação ativa de organizações culturais da própria comunidade para o desenvolvimento dos programas educativos.

VI Conclusões

As experiências de enriquecimento das atividades escolares, dentro e fora dos turnos frequentados pelos alunos, não são sistematizadas a nível central, ainda acontecem de forma aleatória, eventual, e depende, quase sempre da existência de programas complementares patrocinados por empresas privadas ou apoiados por organizações não governamentais e ou organismos internacionais que atuam em um universo muito reduzido, considerado o tamanho dos sistemas estaduais e municipais de educação, que atendem a quase quarenta milhões de alunos e conta com mais de dois milhões de professores atuando em cerca de 180 mil escolas.

Essas experiências não acontecem todas sob a coordenação do Ministério da Educação ou outro órgão da administração pública federal, pois os sistemas estaduais e municipais são autônomos, a administração dos recursos financeiros está hoje descentralizada, quase que completamente, como o programa da alimentação escolar; do livro didático; além disso, há os repasses financeiros do FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor, pelo qual a União repassa recursos financeiros aos Estados e Municípios que tenham recursos insuficientes para cumprir a legislação que estabelece pisos salariais de professores e patamares de investimentos mínimos em educação, de acordo com o número de alunos matriculados.

A experiência de funcionamento de vários Ministérios que deveriam trabalhar de forma coordenada em função da educação pública mostra o desenvolvimento de programas autônomos. Portanto, não são muitas as experiências de trabalho conjunto a relatar:

1. Com o Ministério dos Esportes, antes atuando junto com a área do Turismo, existem alguns projetos exemplares como o *Segundo Tempo*, *Xadrez nas Escolas*, *Jogos Indígenas*. Algumas competições esportivas interescolares acontecem com o patrocínio da iniciativa privada e não são realizados regularmente em todos os anos.
2. Com o Ministério da Ciência e Tecnologia ressalta-se o programa de bolsas de pesquisa destinado a professores e alunos de graduação e pós-graduação no terceiro grau. Além disso, o MCT patrocina alguns programas com o Jovem Cientista, programas de inclusão digital e, recentemente, promoveu em cooperação com o Ministério da Educação, uma Olimpíadas de Matemática com a participação de mais de 10 milhões de estudantes.
3. Com o Ministério da Cultura, funcionam programas de leitura como o PROLER, Viva Leitura, entre outros destinados a desenvolver o hábito da leitura, em parceria com a Biblioteca Nacional. Os programas de compra de acervos para as Bibliotecas Públicas funcionam na Cultura e o das Bibliotecas das Escolas, do Livro Didático, Programas de Formação de Professores e Alunos Leitores são coordenados pela Educação. Bons exemplos de programação cultural levada às escolas públicas do país foram executados ou patrocinados por empresas privadas, como os concursos de frases e de redação, os programas de distribuição de livros e de literatura nas escolas, os programas que tratam de educação para o trânsito; direitos humanos; educação ambiental; educação para a saúde; combate às drogas; pluralidade cultural; museus e programas que buscam a valorização do cidadão e do patrimônio cultural, dentre outros. Todos esses programas ou projetos promovidos por Fundações e Organizações Não Governamentais e empresas privadas contaram, quase sempre, com os benefícios fiscais das leis de incentivo à cultura.

4. A programação da TV Escola que está no ar desde 1996 e que se destina a transmitir programas e cursos para professores da educação básica, inclui alguns programas culturais, ainda incipiente. A programação levada ao ar é de boa qualidade, algumas campanhas foram muito bem executadas, e grande é o potencial deste veículo: a imagem da TV Escola chega a cerca de 50 mil escolas, as maiores, e atinge um universo de mais da metade da clientela da educação básica.
5. Com a educação ambiental ficou definido pela legislação que a parte não formal fica com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação com o ensino formal, na escola. 90% das escolas desenvolvem programação de educação ambiental, inclusive por meio das artes.

A descentralização dos sistemas educacionais permitiu que os Estados e Municípios pudessem construir os seus próprios currículos, e até mesmo que cada escola possa, hoje, preparar o seu próprio projeto pedagógico, respeitando as peculiaridades culturais do lugar e vindo ao encontro do que preconizava a pioneira programação da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC, no começo dos anos 80 de adaptação do programa educativo ao contexto cultural e as condições econômico-sociais da região. O problema é que isso não acontece em todo o universo apesar de ser absolutamente possível e recomendável pela legislação atual.